

Fiesp quer plebiscito para definir saída de Sarney

SÃO PAULO — O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, defendeu a imediata realização de um plebiscito para que os 65 milhões de eleitores decidam sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, o sistema de governo e o voto para deputado (se proporcional ou distrital). Amato amplia, no caso, proposta encaminhada pelo governador fluminense, Moreira Franco, à cúpula do PMDB, em outubro de 1987, sugerindo o plebiscito apenas para definir se o presidencialismo deve continuar ou se chegou a hora do parlamentarismo.

— Democracia é isso. É o povo decidindo os destinos da nação — justificou Amato ao anunciar que vai levar a proposta do plebiscito ao próximo debate do Forum Informal, um conselho integrado pelas oito maiores entidades patronais do país, representativas dos setores empresariais, comerciais, da agricultura e das finanças.

Apelo — O presidente da mais importante entidade empresarial, do estado que detém mais de 50% do PIB, se declarou pessoalmente a favor do voto distrital: "A forma mais representativa da vontade popular e a que melhor fortalece os partidos". Amato propôs também, em reunião ontem, na Federação do Comércio de São Paulo, do Forum Informal, que todas as tendências, partidos e aglutinações esqueçam suas divergências políticas e ideológicas e se sentem à mesa para obter um grande acordo.

— O ideal agora — acrescentou Amato — é que o *Centrão*, todos os partidos, tendências e aglutinações, PCs e PT, se sentem para discutir as questões básicas em tramitação na Constituinte para encontrarem uma solução que nos leve a ter a nova Constituição o mais rapidamente possível.

Amato, apesar de presidir a Fiesp, considerada um reduto de conservadores, disse não torcer por uma vitória absoluta do *Centrão* em todas as posições que esse agrupamento, constituído por deputados de vários agrupamentos, defende. E justifica: "O *Centrão* vencer não é o ideal para o país. Só o equilíbrio de várias forças que compõem a nossa sociedade trará bom resultado à nação". O presidente da Federação do Comércio, Abraam Szajman, anfitrião ontem, do Forum Informal, confessou-se surpreso com a proposta do plebiscito e disse que discorda dela.



São Paulo-Arivaldo dos Santos

Amato pede união de forças em torno da Constituinte

Líder do PT dá apoio

BRASÍLIA — O deputado José Genoíno (PT-SP) apóia a idéia do empresário Mário Amato de convocação de um plebiscito para que a população se manifeste a respeito do mandato do presidente José Sarney e dos sistemas eleitoral e de governo, mas sugere que ele amplie a proposta e inclua uma consulta popular sobre estabilidade, direito de greve, definição do conceito de empresa nacional e reforma agrária, entre outras questões.

"O PT chegou à Constituinte propondo plebiscito, o Mário Amato já deveria ter nos apoiado antes. Mas já que lançou a idéia agora, o PT sugere que sejam selecionadas algumas questões polêmicas para serem incluídas", propôs Genoíno.

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), também apoiou Ama-

to: "Acho uma excelente iniciativa e que deve ser levada à frente de imediato, ainda mais que é lançada por um líder empresarial que tem representatividade". Lyra acha difícil que o PMDB venha encampar a proposta, "porque hoje o partido foge mais de voto do que o diabo da cruz", mas acredita "que todos os que tenham compromisso com a democracia devem se engajar neste movimento em favor do plebiscito".

O deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do *Centrão*, é contra a idéia: "Opiniões há muitas, mas o Congresso é que está com a mão na massa e é ele que deve se manifestar sobre essas questões". José Lins acha que a iniciativa fere a soberania da Constituinte, mas não rejeita de todo a tese do plebiscito, "desde que a Constituinte decida convocá-lo".

Collor é candidato e diz que vai revidar pancada de Sarney

SÃO PAULO — "O presidente Sarney pode fazer a retaliação que quiser, mas não conseguirá de Alagoas nem de seu governador o arrego que ele busca. A cada pancada que eles derem no meu estado, eu dou dez neles", ameaçou, ontem, o governador Fernando Collor de Mello, que passou o dia com empresários em São Paulo e anunciou, oficialmente que é candidato a presidente da República. Collor garantiu que disputará a legenda com quantos candidatos se apresentarem à convenção nacional do PMDB.

Com discurso de candidato em campanha, e endurecendo a linguagem até em relação ao presidente da República. Collor enfatizou: "Enfrento o presidente porque ele não tem autoridade para agir da maneira como está agindo em relação ao meu estado. Ele vai aprender a respeitar o povo brasileiro a começar por Alagoas".

Candidatura em São Paulo — Collor de Mello visitou o governador Orestes Quércia, almoçou na federação do comércio com os integrantes do Forum Informal — que reúne as oito maiores entidades patronais do país — e reuniu-se com o diretor superintendente do grupo Votorantim, empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Depois do encontro, Antônio Ermírio confessou: "Ele (Collor) chegou aqui e me comunicou: 'sou candidato a presidente da República'. Eu lhe disse, ótimo e, no restante da conversa, só ouvi".

Na entrevista em que anunciou ser candidato à sucessão de Sarney, o governador alagoano denunciou que integrantes do *Centrão*, ao retardarem os trabalhos da Constituinte, tramam "uma conspiração contra a legalidade, contra a transição, com o objetivo de favorecer os golpistas".



São Paulo — Arivaldo dos Santos

Collor: "Respeitem Alagoas"

"Sou candidato a presidente", proclamou Collor, "e já ofereci meu nome à consideração do PMDB. Vou disputar a convenção com Ulysses e com quem mais se apresentar. Minha candidatura é uma alternativa para o partido e para uma geração que está aí, sem saber o que fazer, que é a minha".

Elogiado pelo presidente da poderosa Fiesp — a federação das indústrias do estado — Mário Amato, que o considerou "um jovem de pensamento muito firme, um bom candidato", Collor, antecipou até sua plataforma de campanha. Acentuou que se propõe a fazer aquilo que vem fazendo em seu estado: "um enfrentamento sem receio e sem medo dos nossos problemas, porque o grande problema do Brasil hoje também é o receio que domina o governo, acuado, sem tomar medidas, decisões, atitudes".

Interesses — "Governar", observou o governador de Alagoas "é contrariar interesses. No momento em que aqueles que nos governam ficam pensando nas pesquisas para saber se tal decisão vai ser do agrado ou desagrado do povo, não adianta. Mas realmente esse governo não pode ter autoridade, sobretudo quando é ilegítimo e não tem a unção do voto popular".

"O triste espetáculo a que se assiste na negociação entre o governo federal, alguns governadores e a Constituinte, revela que esse governo perdeu a chance de entrar para a história", disse Collor. Aos empresários, ele afirmou: "Corremos, hoje, muitos riscos: o risco de convulsão social, de retrocesso político e do atraso econômico".

Collor acentuou que o governo Sarney "não tem credibilidade externa nem interna" e, embora negasse estar fazendo pronunciamentos de candidato, reconheceu que o seu discurso "é o de alguém que ainda tem a capacidade de se indignar diante dos desatinos que têm sido cometidos pelo presidente da República".

Em sua estada em São Paulo, Collor de Mello mostrou-se ardoroso defensor do rompimento do PMDB com o governo. "Já coloquei para o Dr. Ulysses", contou "a necessidade de o PMDB sair do governo. O partido está pagando um preço altíssimo por esta acoplagem a um governo impopular e indigno".

"Se passarem os cinco anos (de mandato para Sarney) será graças ao PMDB. Aí a sigla será apedrejada nas ruas, estará morta. A única chance de o PMDB ainda se reconciliar com a história e com a opinião pública nacional é exatamente fazer prevalecer a vontade popular — quatro anos de mandato e eleições a 15 de novembro próximo", previu.